

LEI Nº 1130/2011

REDUZ OS ENCARGOS FINANCEIROS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ANGELINA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Mediante requerimento na via administrativa, ao contribuinte que até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei, parcelar ou reparcelar débitos vencidos e vincendos, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, será concedida a redução dos juros e multas incidentes, na seguinte proporção:

- I – pagamento em parcela única, 100% (cem por cento);
- II - em duas parcelas, iguais e sucessivas, 90% (noventa por cento);
- III - em três parcelas, iguais e sucessivas, 80% (oitenta por cento);
- IV - em quatro parcelas, iguais e sucessivas, 70% (setenta por cento);
- V – em cinco parcelas, iguais e sucessivas, 60% (sessenta por cento), e
- VI – em seis parcelas, iguais e sucessivas, 50% (cinquenta por cento)

§ 1º O prazo concedido no *caput* poderá se prorrogado por decreto do Chefe do Poder Executivo, dentro do exercício de 2011.

§ 2º Na hipótese de parcelamento da dívida, o vencimento da primeira parcela não poderá ser superior a 15 (quinze) dias, e não haverá incidência de juros e correção no período abrangido pelo parcelamento.

§ 3º A emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, no parcelamento de que trata esta Lei, fica condicionada ao reconhecimento do débito por parte do contribuinte, e pagamento de no mínimo da primeira parcela.

Art. 2º O não pagamento das parcelas nos prazos estabelecidos implicará na confissão da dívida originária, descontando-se os valores eventualmente já pagos.

§ 1º O parcelamento concedido administrativamente que estiver em atraso por mais de trinta dias será rescindido de pleno direito, e a dívida confessada imediatamente remetida para execução fiscal, antecipando-se as parcelas vincendas. No caso de execução judicial o contribuinte será responsável também pelo pagamento das custas e de honorários sucumbenciais que caberão ao advogado responsável pela demanda executória.

§ 2º Ficam excluídos da execução fiscal os créditos que sejam inferiores a R\$ 100,00 (cem reais), bem como aqueles resultantes de lançamentos irregulares ou viciados, não se constituindo tal procedimento renúncia de receita para os efeitos do disposto no Art. 14 da LRF.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina/SC, em 04 de Outubro de 2011

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal